



Carta da Indústria

O Brasil e o novo cenário internacional

O 3º Encontro Nacional da Indústria deveria ter sido marcado pela celebração. As estatísticas de produção, vendas, renda, emprego e de investimentos apontam para um ano de 2008 excepcional.

O mundo, no entanto, mudou. A crise financeira internacional impõe revisão de cenários. O desafio do Brasil é minimizar os impactos e construir uma agenda que reforce as forças estabilizadoras e garanta a continuidade do processo de transformação da economia.

O 3º ENAI, que reuniu cerca de 1000 líderes industriais, encerra um processo de discussão de mais de quatro meses, sobre como fazer o Brasil crescer mais e melhor. Federações estaduais de indústria, sindicatos industriais e associações setoriais geraram mais de 500 recomendações para a melhoria do ambiente de negócios e para o desenvolvimento do Brasil.

Há muito que fazer

Há muito que fazer para elevar a competitividade. O Brasil pode aumentar a sua capacidade de enfrentar as atuais turbulências avançando na agenda de soluções para os problemas identificados.

A indústria pede urgência. É dever do Executivo e do Congresso preparar o País para enfrentar melhor o novo ambiente.

Maior capacidade de enfrentar crises

O Brasil tem melhores condições de enfrentar esta crise do que no passado. Isto se deve à manutenção da estabilidade, à integração à economia internacional e à maturação de reformas de modernização institucional. Fortalecer estes ativos é o melhor caminho para ultrapassar este momento.

O nosso potencial de crescimento será ainda mais afetado caso haja ambigüidades em relação ao papel da livre iniciativa.

O papel e a natureza da Política Econômica

A resposta à crise exige uma postura firme e ativa da política econômica. Mas as falhas de coordenação e supervisão, que permitiram a supervalorização de ativos nos mercados mundiais e a ocorrência de uma recessão global, não significam o fracasso da livre iniciativa e da capacidade do setor privado em liderar o processo de crescimento.

O intervencionismo permanente do Estado não é a resposta correta, nem para a economia mundial e nem para o Brasil. O sistema de mercado permitiu o extraordinário ciclo de expansão das economias e das condições de vida nos últimos dois séculos.

A principal tarefa da política econômica é mitigar os efeitos da crise, recuperar a normalidade e desenvolver as condições necessárias para o crescimento.

É importante que a condução das políticas seja pautada pela observação de princípios capazes de:

1. Manter um ambiente macroeconômico estável e seguro.
2. Respeitar os fundamentos da economia de mercado.
3. Reduzir incertezas regulatórias para os investimentos produtivos.
4. Focar na competitividade sistêmica da economia.

A capacidade de o Brasil crescer será tanto maior, quanto maior for a melhoria do ambiente em que as empresas operam.

As nossas empresas, em suas funções básicas de contratar pessoas, pagar impostos e comercializar produtos enfrentam um ambiente burocrático e de intervenção excessiva. O problema mais presente no Brasil não é falta de regulação, mas seu excesso.

Regras são fundamentais, mas regras em excesso travam a economia e destroem empregos.

Preservar a confiança e restaurar o crédito

A brusca restrição de crédito no mercado internacional atingiu o sistema de crédito no País, mesmo que nosso sistema bancário não mostre os problemas que atingem outras economias. Mas como os vasos se intercomunicam, os problemas de renovação das linhas de crédito terminam por contaminar todo o sistema.

Uma questão crítica é a recomposição das linhas de financiamento às exportações. O brusco fechamento dessas linhas – os ACCs, por exemplo – criam dificuldades para a operação das empresas exportadoras. Sem crédito, os impactos sobre as exportações poderão ser sensíveis, a despeito do estímulo proporcionado pela mudança no câmbio.

É urgente buscar soluções e mecanismos para proporcionar a recuperação das linhas de crédito. Esse é o principal canal de contaminação da crise. A recuperação da liquidez doméstica ajudará a devolver a confiança aos empresários e consumidores.

Ação coordenada no plano internacional

É preciso reconhecer a importância das instituições multilaterais e reconstruí-las de forma a lhes prover a necessária capacidade de supervisão internacional. O Brasil é um protagonista importante na construção das regras do jogo. Essa ação não se restringe apenas ao sistema financeiro internacional, mas a todo um reforço do multilateralismo. É o caso das negociações da OMC.

O papel do Brasil na economia internacional lhe impõe uma participação ativa nas negociações de reconstrução do sistema financeiro internacional e nas ações de restauração de confiança. É um papel que impõe direitos e responsabilidades.

Se diferenciar: recuperar a agenda

O Brasil pode aproveitar este momento para se diferenciar pela qualidade das suas ações e políticas. A recessão não está no nosso horizonte. O País tem inúmeras oportunidades de investimentos, um mercado doméstico amplo e uma economia que vem de um período de expansão.

É fundamental atuar sobre a agenda de reformas institucionais e microeconômicas. Elas podem concorrer para elevar a capacidade de crescimento da economia.

Manter estratégias robustas

Estratégias robustas são aquelas que são essenciais em quaisquer cenários. Aumentar a capacidade de investimento da economia deve receber prioridade especial, particularmente projetos de infra-estrutura. Isto implica em privilegiar o investimento nos gastos governamentais e aperfeiçoar os marcos regulatórios capazes de atrair maior participação do setor privado.

Da mesma forma, há as ações voltadas para elevar a qualidade da educação. A melhor qualidade do sistema educacional e da infra-estrutura irá alavancar o aumento da produtividade e gerar mais crescimento.

Priorizar

Os 1000 empresários reunidos no ENAI identificaram prioridades para fortalecer as empresa e o País. A agenda pró-produção e emprego exige:

Ações emergenciais:

- 1. Prazo de impostos.** Ampliar – em caráter excepcional – o prazo de recolhimento de tributos. A extensão do prazo é uma medida de forte impacto sobre as necessidades de capital de giro das empresas. Tem como grande vantagem a horizontalidade – pois atinge a todos os agentes – e não exige a intermediação, como no caso do crédito. Essa medida não pode ser vista como “perda de arrecadação”. A não- concretização dos negócios terminará por conduzir a não-ocorrência do fato gerador dos tributos – e assim, a seu não recolhimento.
- 2. Compensação de créditos tributários.** Agilizar a compensação de créditos tributários federais no pagamento de contribuições ao INSS, permitindo a utilização dos créditos por declaração das empresas. Atualmente o pagamento de contribuições ao INSS com créditos dos demais tributos federais só é permitida quando a empresa recebe notificação de ofício da Receita Federal do Brasil.

3. **IOF.** Reduzir as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito. O IOF possui caráter regulatório e com o encarecimento das operações de crédito deveria ser reduzido para evitar uma contração maior no volume de financiamentos.
4. **Financiamento e reservas internacionais.** Disciplinar a utilização dos recursos das reservas internacionais, disponibilizadas a partir das reservas do Banco Central, de modo a assegurar que linhas de financiamento para as exportações alcancem as empresas exportadoras.
5. **Adequar linhas de financiamento.** Adequar os instrumentos oficiais de financiamento para exportação às necessidades das empresas, por meio da ampliação dos recursos destinados às linhas oficiais, da redução do seu custo, da simplificação e da maior divulgação das linhas disponíveis.

Ações estruturantes

1. Enfrentar a questão tributária: reforma, carga e burocracia, com foco na desoneração dos investimentos e das exportações.
2. Privilegiar os gastos públicos em investimentos, notadamente em infra-estrutura.
3. Reduzir encargos para contratação e a insegurança jurídica nos contratos de trabalho.
4. Melhorar a logística e avançar no aperfeiçoamento de marcos regulatórios (Lei do Gás e portos).
5. Promover a agenda da produtividade e da inovação.
6. Aperfeiçoar o marco regulatório de meio ambiente de forma a propiciar condições adequadas aos investimentos.

Ação coletiva

Minimizar os efeitos da crise financeira e fortalecer a capacidade de crescimento potencial do Brasil depende de uma ação coletiva. É um desafio para a sociedade civil, o Congresso Nacional e o Executivo.

A indústria confia na capacidade de o Brasil sair fortalecido deste momento da economia internacional. Para isso é fundamental que o País responda com uma agenda, ativa e positiva, de fortalecimento dos avanços institucionais capazes de minimizar impactos e fortalecer as bases que sustentam o crescimento.

Foi com este espírito que os 1000 empresários desenvolveram as suas contribuições.

Visão de longo prazo

Para a indústria brasileira, o atual momento não pode ser o único balizador das decisões. As decisões empresariais e governamentais necessitam de perspectiva.

Uma visão pessimista não gera caminhos.

Se fizermos o nosso trabalho, faremos a diferença.